

Sexta-Feira, 10 de Abril de 2026

Haddad anuncia acordo com governadores para compensar perdas com ICMS

R\$ 26,9 BILHÕES

g1

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nesta sexta-feira (10) um acordo com os governadores dos estados para compensar as perdas com a redução da alíquota do ICMS, tributo estadual, sobre combustíveis no valor de R\$ 26,9 bilhões.

Até a semana passada, esse valor ainda não tinha sido fechado.

Inicialmente, segundo o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF, Carlos Eduardo Xavier, os estados haviam pedido R\$ 45 bilhões, valor que caiu, posteriormente, para R\$ 37 bilhões.

Os estados chegaram a informar que a limitação da alíquota em 18% gerou perdas de R\$ 45 bilhões nos últimos seis meses de 2022, mas o acordo foi fechado no valor da última proposta feita pelo Ministério da Fazenda, em R\$ 26,9 bilhões.

R\$ 9 bilhões já compensados

Segundo Haddad, "boa parte" do valor de reparação já está resolvido, porque alguns estados conseguiram liminar para não pagar suas parcelas de dívida com União. É o caso, por exemplo, dos estados de São Paulo e do Piauí.

Com isso, cerca de R\$ 9 bilhões já foram compensados através das liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a estados devedores da União no âmbito do Grupo de Trabalho criado pelo tribunal.

O restante será abatido das parcelas da dívida com a União ou pago pela União (para Estados com pequenas dívidas com a União ou mesmo sem dívida) até 2026.

Segundo o ministro Haddad, o valor que não for compensado será "diluído no tempo", como forma de atenuar o impacto nas contas públicas e "acomodar nas nossas projeções e metas que já foram anunciadas".

Em janeiro, o ministro anunciou um pacote de medidas, focado principalmente no aumento da arrecadação, com objetivo de reduzir o rombo estimado das contas públicas neste ano de R\$ 231,5 bilhões para menos de R\$ 100 bilhões em 2023.

Veja como será feito o pagamento

- Estados que têm a receber até R\$ 150 milhões: 50% em 2023 e 50% em 2024 com recursos do Tesouro Nacional
- Estados que têm a receber entre R\$ 150 e R\$ 500 milhões: 1/3 do valor a receber em 2023 e 2/3 em 2024
- Acima de R\$ 500 milhões a receber: 25% em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025
- Estados em Regime de Recuperação Fiscal (Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul): mesmo regramento dos anteriores, mas o adicional de R\$ 900 milhões será compensado na dívida em 2026

Histórico

O acordo foi anunciado para compensar as perdas que os estados tiveram com duas leis sancionadas pelo governo Bolsonaro em 2022, visando baixar o preço dos combustíveis e da energia elétrica em ano de eleições gerais. Essas leis:

- limitaram a arrecadação de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações à alíquota modal de cada estado, que normalmente era de 18%.
- determinaram a retirada de duas taxas de energia elétrica (Tust/Tusd) da base de cálculo do ICMS.

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos para confirmar a suspensão da retirada da Tust/Tusd (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão/ Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) da base de cálculo do ICMS, atendendo a um pedido de 11 estados e do Distrito Federal.

Os estados dizem que, a cada seis meses, deixam de arrecadar, aproximadamente, R\$ 16 bilhões, somente com a mudança na base da cálculo.

O Ministério da Fazenda não cita valores, mas informou que buscará apoiar os estados, junto ao STF, nos temas TUSD/TUST e gasolina.